

PODER

Cai veto à distribuição gratuita de absorventes

Itens vão beneficiar mulheres e meninas de baixa renda ou em situação de rua

» RAPHAEL FELICE

O Congresso derrubou o veto do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, que prevê a distribuição gratuita de absorventes para mulheres e meninas de baixa renda ou em situação de rua.

O veto foi derrubado por 426 votos a 25, na Câmara; e por 64 a um, no Senado. Na terça-feira, Dia Internacional da Mulher, Bolsonaro editou decreto para liberar a distribuição gratuita de absorventes, cinco meses depois do veto.

Coordenadora da Secretaria da Mulher na Câmara, Celina Leão (PP-DF) tentou justificar a mudança de atitude do chefe do Executivo. “Acredito que, no momento do veto, o presidente foi mal orientado pela assessoria, porque acreditava que estava vetando o projeto por ser inconstitucional, mas não era. Ele achava que, no passado, o veto não dizia sobre a destinação da fonte do recurso, mas esse erro não foi cometido”, frisou. “Todo projeto tem a orientação e fala de onde vai sair o recurso. Por isso, foi acordado com a liderança do governo, o senador Eduardo Gomes, para que, além do decreto, que foi sancionado, pudéssemos derrubar o veto.”

Na avaliação da autora do projeto, a deputada Marília Arraes (PT-PE), a proposta traz à tona um tema que já deveria ter sido tratado. “As famílias mais pobres são compostas exclusivamente por mulheres e muitas dessas são trabalhadoras, deixam de comprar e adquirir esses artigos para alimentar seus filhos”, ressaltou.

A deputada Sâmia Bomfim (PSol-SP) criticou o presidente. “Quando o Bolsonaro vetou o projeto votado pelo Congresso, mostrou, em primeiro lugar, sua ignorância, seu machismo, sua misoginia ao afirmar que era uma frescura das mulheres, como se fosse uma invenção recente o fato de que as mulheres menstruam mensalmente”, reprovou.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Congresso derrubou o veto de Bolsonaro dois dias após ele editar decreto para distribuir absorventes

Saiba mais

Mais mulheres contempladas

O Projeto de Lei 4.968/19, de combate à pobreza menstrual, foi aprovado em 2021 pelo Congresso e contempla mulheres em situação de vulnerabilidade, detentas e estudantes de baixa renda de escolas públicas. De acordo com o texto, o dinheiro para custear a distribuição gratuita de absorventes viria do Sistema Único

de Saúde (SUS) e do Fundo Penitenciário Nacional. Ao vetar o projeto, no entanto, o governo alegou falta de autonomia das redes e estabelecimentos de ensino para a ação, bem como a ausência de indicação de fonte de custeio ou medida compensatória. O PL prevê que cinco milhões de mulheres serão atendidas. O decreto

do presidente Jair Bolsonaro, que também determina a distribuição de absorventes, atenderia apenas dois milhões. O documento restringe o benefício a alguns grupos de mulheres. Não faz menção, por exemplo, a homens trans, que também menstruam. Além disso, condiciona a distribuição à existência de orçamento.

Refis

Também ontem, o Congresso derrubou o veto presidencial ao projeto que cria um Refis (parcelamento de débitos tributários) para as micro e pequenas empresas e os microempreendedores individuais. A medida foi batizada de Programa de Reescolamento do Pagamento de Débitos (Relp).

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 46/2021, também conhecido como Refis do Simples, pode contemplar mais de 437 mil empresas que dependem do programa para não serem excluídas do Simples Nacional.

O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo e relator do Relp, Marco Bertaioli (PSDB-SP), ressaltou que

os órgãos governamentais precisam estar preparados para atender à demanda. “A derrubada do veto ao Refis do Simples é mais uma demonstração do Congresso Nacional de que está sensível e atuante em defesa da geração de empregos e da recuperação do Brasil, após dois duros anos de uma pandemia que ainda produz efeitos negativos”, comunicou em nota.

IPI: blindagem à Zona Franca de Manaus

» MICHELLE PORTELA

O governador do Amazonas, Wilson Lima (União Brasil), anunciou que deve ser divulgada até 1º de abril uma reedição do decreto que reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) em 25%, desta vez, excluindo a Zona Franca de Manaus (ZFM) do alcance da medida.

“Há possibilidade de o presidente (Jair Bolsonaro) vir ao estado do Amazonas para assinar esse decreto. E deve assinar, novamente, esse compromisso com a indústria, assinando a reedição desse decreto para garantir que os produtos da ZFM estejam fora dessa redução”, declarou Wilson Lima.

As declarações do governador ocorreram após o encontro dele com o chefe do Executivo e com o ministro da Economia, Paulo Guedes, no Palácio do Planalto. “O Amazonas não é contra a redução do IPI. Nós entendemos a boa intenção do governo federal nesse processo de reindustrialização do país e também de aumentar a questão da competitividade”, ressaltou Lima. “A nossa maior preocupação é com a Zona Franca de Manaus. Nós, há algum tempo, temos conversado e discutido a retirada dos produtos que são fabricados lá dessa redução do IPI para permitir que essas empresas tenham competitividade no estado do Amazonas.”

Logo após o anúncio da redução do IPI, o grupo Heineken

Isac Nóbrega/PR



Lima anunciou que o governo federal reeditará decreto sobre IPI, excluindo a Zona Franca de Manaus

Perdas

A alíquota do IPI foi reduzida em 25% para todos os produtos industrializados, à exceção de cigarros. Conforme cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) do Senado, o governo deixará de arrecadar R\$ 19,1 bilhões por ano com a medida. As perdas para os estados e municípios, que ficam com parte das receitas, é de R\$ 11,3 bilhões.

informou o encerramento das suas atividades no Amazonas. O ex-prefeito da capital Manaus Arthur Virgílio (PSDB) já havia ingressado

com duas ações na Justiça Federal do Amazonas e no Supremo Tribunal Federal (STF) para pedir a anulação do decreto, assinado por

Bolsonaro em 25 de fevereiro.

Ao longo da semana, deputados e senadores do estado também pressionaram o governo federal. Eles condicionaram a votação de matérias relacionadas aos combustíveis à exclusão da Zona Franca de Manaus da redução do IPI. A mobilização foi liderada pelos senadores Eduardo Braga (MDB) e Omar Aziz (PSD) e pelo deputado Marcelo Ramos (PSD), vice-presidente da Câmara e crítico ferrenho do chefe do Planalto.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

maurenilson freire



Impacto da guerra chega ao Brasil com aumento de combustíveis

O impacto da guerra da Ucrânia na economia brasileira chegou muito mais rápido do que se imaginava, com o aumento de 24,93% dos combustíveis anunciado, ontem, pela Petrobras. O reajuste teve impacto imediato na opinião pública e em segmentos que apoiam o presidente Jair Bolsonaro, sobretudo os caminhoneiros, cujos líderes já estão estrilando nas redes sociais. O preço do gás de cozinha leva os ecos da invasão russa para dentro de casa. Guerras sempre foram momentos disruptivos na economia dos países, dessa vez mais ainda, em razão de um mundo globalizado e conectado em redes.

Ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou minimizar os efeitos do reajuste dos combustíveis, a partir de medidas que estão sendo tomadas como a mudança no ICMS aprovada ontem pelo Senado: a criação de uma Conta de Estabilização dos Preços dos combustíveis (CEP). A proposta ainda precisa do aval da Câmara dos Deputados, cujo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), reagiu duramente em relação ao aumento: “Me causou espanto a insensibilidade da Petrobras com os brasileiros — os verdadeiros donos da companhia. O aumento de hoje (ontem) foi um tapa na cara de um país que luta para voltar a crescer”, disse.

As medidas terão impacto inflacionário que podem neutralizar o pacote de bondades que o governo está preparando para melhorar os índices de aprovação de Bolsonaro, principalmente o Auxílio Brasil, no valor de R\$ 400, que beneficiará mais de 18 milhões de famílias. O botijão do gás de cozinha de 13kg, por exemplo, será corrigido em 16,06% por quilo, passando para R\$ 58,21.

O governo corre contra o tempo. O ministro Paulo Guedes, ao lado do ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou, ontem, que o governo estuda um subsídio específico para o diesel, enquanto dura a guerra da Ucrânia. A Rússia é um dos principais exportadores de petróleo no mundo e, com o bloqueio a ela, o mercado de petróleo sofre um novo choque, mesmo que os Estados Unidos aumentem a produção. A esperança do governo é que os efeitos da isenção do PIS-Cofins sobre o diesel amortizem o impacto do aumento, por enquanto. “Vamos nos mover de acordo com a situação”, disse Guedes. “Se isso se resolve em 30 ou 60 dias, a crise estaria mais ou menos endereçada. Agora, vai que isso se precipita e vira uma escalada? Af, sim, você começa a pensar em subsídio para o diesel”, declarou.

Cadeias globais

Essa é uma leitura idílica da situação internacional. As sanções econômicas de EUA, Canadá, Inglaterra e União Europeia contra a Rússia terão um impacto muito mais duradouro do que o conflito militar propriamente dito. Uma solução negociada para a paz não significa que essas sanções sejam suspensas. O presidente Vladimir Putin pode até forçar uma rendição da Ucrânia, mas não se livrará facilmente do que ele mesmo chamou de “guerra econômica” com o Ocidente.

Nunca houve medidas tão duras contra a economia de um país. O bloqueio imposto à África do Sul por causa do apartheid não chega nem perto. Àquela ocasião, por causa da lei dos direitos civis aprovada nos EUA, todas as empresas americanas saíram daquele país. É o que está acontecendo agora com a Rússia, mas a escala de reação das grandes corporações é muito mais grave, porque todas as principais marcas de produtos e serviços estão se distanciando dos russos.

Além disso, as restrições impostas aos fluxos financeiros desarticulam completamente a integração da economia russa com as cadeias globais de produção e comércio, afetando também as relações com países que não estão adotando sanções, como o Brasil. É uma situação de isolamento superior ao que havia na época da antiga União Soviética, mesmo na guerra fria. Ninguém sabe direito como a Rússia voltará a conviver com o Ocidente, o que é considerado impossível com Putin no poder.

Pacheco e Eduardo

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), comunicou oficialmente a decisão de não disputar a Presidência da República. A rigor, nunca foi candidato. Sua decisão abriu caminho para que o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), aceite o convite do presidente do PSD, Gilberto Kassab, para concorrer à Presidência. Leite estava nos Estados Unidos e deve decidir seu destino até o fim do mês.

AS SANÇÕES ECONÔMICAS DE EUA, CANADÁ, INGLATERRA E UNIÃO EUROPEIA CONTRA A RÚSSIA SERÃO MAIS DURADOURAS DO QUE A GUERRA DA UCRÂNIA